

SCOTIABANK BRASIL S.A.
BANCO MÚLTIPLO

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

31 de dezembro de 2022 e 2021

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes	3
Balanços Patrimoniais Consolidados	8
Demonstrações Consolidadas dos Resultados	10
Demonstrações Consolidadas do Resultado Abrangente	11
Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido	12
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	13
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	14



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos

Administradores e Acionistas do

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Ver notas explicativas 3e, 9a e 9b das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria

O Banco e sua controlada aplicam a abordagem de três estágios para mensurar a provisão para perdas de créditos associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros mensurados a custo amortizado, instrumento de dívida classificados como valor justo em outros resultados abrangentes, compromissos de crédito e contratos de garantia. Nessa avaliação por estágios é definida se a perda esperada será calculada para os próximos 12 meses (estágio 1) ou até o final da vida do ativo (estágios 2 e 3). Esse enquadramento é revisto periodicamente e podem ocorrer transferências entre os estágios, quando a análise indicar aumento significativo ou melhora do risco de crédito.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é calculada através de modelos estatísticos considerando a probabilidade de inadimplência (PD), a perda dada à inadimplência (LGD), a exposição à inadimplência (EAD) e a referida alocação em estágios. Para cálculo da provisão e avaliação do aumento significativo do risco de crédito, o Banco e sua controlada utiliza modelo que inclui fatores macroeconômicos cuja determinação envolve julgamento, tais como: crescimento do PIB, taxa de desemprego, taxa básica de juros, preços de mercado, informações qualitativas e quantitativas do tomador, garantias e informações prospectivas.

Devido às incertezas inerentes à mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em função da complexidade dos modelos e premissas utilizadas, bem como do julgamento envolvido, e ao impacto que eventual alteração das premissas e modelos utilizados poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e da efetividade operacional, dos controles internos relevantes relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo as políticas e os modelos utilizados pelo Banco e sua controlada no cálculo das perdas esperadas;
- Avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em risco de crédito, dos modelos, premissas e dados utilizados pelo Banco e sua controlada para mensurar as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas esperadas por meio da aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos e metodologias desenvolvidos pelo Banco e sua controlada.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a avaliação da mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Ver notas explicativas 3e e 5 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>O Banco e sua controlada possuem instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros e termos de moedas, que são mensurados a valor justo com base em metodologias de avaliação – tais como método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado.</p> <p>Nesse método, os fluxos de caixa futuros são projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos e são descontados a valor presente considerando prazos e curva de descontos, o que envolve julgamento do Banco e sua controlada.</p> <p>Devido a relevância das operações de instrumentos financeiros derivativos e a utilização de premissas e de julgamento para cálculo dos fluxos de caixa descontados, consideramos a mensuração do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos, como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho e da efetividade operacional, dos controles internos chaves relacionados ao processo de mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos;- Com auxílio de nossos especialistas de instrumentos financeiros efetuamos:<ul style="list-style-type: none">(i) avaliação da razoabilidade das premissas e informações incluídos no método utilizado para mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos;(ii) recálculo, com base em amostragem, da carteira de instrumentos financeiros derivativos, do valor justo dessas operações, considerando as premissas utilizadas;- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho, de auditoria de grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Mark Suda Yamashita
CRC SP – 1SP271754/O-9

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Balancos Patrimoniais Consolidados em
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)



Ativo	Nota	2022	2021	1º de janeiro de 2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.651.426	2.729.625	2.594.097
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		3.308.636	593.000	227.161
Títulos e valores mobiliários	5a	68.624	61.653	45.115
Instrumentos financeiros derivativos	5b	3.240.012	531.347	182.046
Ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes		1.385.739	1.381.155	391.095
Títulos e valores mobiliários	6a	1.385.739	1.381.155	391.095
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		7.591.220	7.612.882	6.451.925
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7a	6.048.530	4.925.620	4.168.884
Títulos e valores mobiliários	7b	74.380	140.399	138.636
Operações de crédito	7c	1.468.310	2.546.863	2.144.405
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9a	(590)	(33.593)	(31.086)
Outros ativos	10a	2.030.181	2.505.787	2.369.377
Ativos fiscais diferidos	15b	276.224	59.944	43.029
Investimentos		6	6	6
Imobilizado de uso	11	25.834	27.985	17.442
Outras imobilizações de uso		24.526	24.927	18.224
Direitos de uso		21.221	21.221	14.428
(Depreciações acumuladas)		(19.913)	(18.163)	(15.210)
Intangível	12	4.137	3.606	2.532
Ativos intangíveis		6.061	4.749	3.418
(Amortizações acumuladas)		(1.924)	(1.143)	(886)
Total do ativo		18.272.813	14.880.397	12.065.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
 Balanços Patrimoniais Consolidados em
 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)



Passivo	Nota	2022	2021	1º de Janeiro de 2021
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		1.120.678	2.828.429	3.706.876
Instrumentos financeiros derivativos	5b	1.120.678	2.828.429	3.706.876
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		11.999.426	7.321.651	4.537.297
Depósitos	7d	4.054.813	1.155.469	166.821
Captações no mercado aberto	7e	887.315	794.633	937.305
Obrigações por empréstimos	7f	6.317.364	3.975.747	2.131.585
Obrigações por repasses	7g	739.934	1.395.802	1.301.586
Outros passivos	10b	1.507.341	3.211.496	2.425.288
Passivos de arrendamento		15.489	17.269	11.356
Obrigações fiscais		460.409	142.296	144.994
Correntes		21.905	65.563	127.370
Diferidas	15b	438.504	76.733	17.624
Provisões para contingências	13c	27.245	28.495	25.641
Patrimônio líquido		3.142.225	1.330.761	1.214.126
Capital social	14a	2.437.823	796.879	796.879
Reservas de lucros	14b	719.489	487.178	347.384
Outros resultados abrangentes		(15.023)	(18.230)	7.654
Resultados acumulados não apropriados		(64)	64.934	62.209
Total do passivo		18.272.813	14.880.397	12.065.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Demonstrações Consolidadas dos Resultados
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)



	Nota	2022	2021
Receitas de juros		1.101.780	398.966
Despesas de juros		(541.029)	(250.625)
Receita líquida de juros	19	560.751	148.341
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		33.003	(2.507)
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	5c	174.907	351.330
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes		(36)	(298)
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira e variação cambial		(165.455)	(51.756)
Resultado líquido de serviços e comissões		37.711	24.357
Receitas operacionais		47.127	323.633
Lucro bruto		640.881	469.467
Despesas de pessoal	20	(96.960)	(92.079)
Outras despesas administrativas	21	(35.878)	(27.533)
Despesas tributárias		(6.554)	(16.260)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(17.886)	(3.700)
Reversões/(despesas) de provisão para contingências		(1.753)	(716)
Depreciação e amortização		(4.602)	(3.260)
Despesas operacionais		(163.633)	(143.548)
Resultado operacional antes da tributação		477.248	325.919
Provisão para contribuição social		(162.075)	(69.688)
Provisão para imposto de renda		(203.046)	(59.322)
Ativo fiscal diferido		218.934	1.999
Imposto de renda e contribuição social	15a	(146.187)	(127.011)
Lucro líquido dos exercícios		331.061	198.908
Atribuível aos acionistas controladores		331.061	198.908
Quantidade média ponderada de ações – lote de mil ações		7.802.575	4.204.886
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações – R\$		42,43	47,30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Demonstrações Consolidadas do Resultado Abrangente
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	331.061	198.908
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Outros resultados ou prejuízos abrangentes	3.207	(25.884)
Títulos e valores mobiliários	5.861	(47.065)
Efeito fiscal	(2.654)	21.181
Resultado abrangente	334.268	173.024
Atribuível aos acionistas controladores	334.268	173.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)



	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Resultados Acumulados Não Apropriados	Total
			Legal	Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	796.879	-	30.942	316.442	7.654	62.209	1.214.126
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(25.884)	-	(25.884)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	198.908	198.908
Destinações:							-
Reserva legal	-	-	9.809	-	-	(9.809)	-
Reservas estatutárias	-	-	-	131.485	-	(131.485)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(54.889)	(54.889)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(1.500)	-	-	(1.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	796.879	-	40.751	446.427	(18.230)	64.934	1.330.761
Aumento de capital	1.502.608	138.336	-	-	-	-	1.640.944
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	3.207	-	3.207
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	331.061	331.061
Destinações:							-
Reserva legal	-	-	19.803	-	-	(19.803)	-
Reservas estatutárias	-	-	-	213.508	-	(213.508)	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(162.748)	(162.748)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(1.000)	-	-	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.299.487	138.336	60.554	658.935	(15.023)	(64)	3.142.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)



	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	331.061	198.908
Ajustes ao lucro líquido	116.270	72.001
Despesa/(reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(33.003)	2.507
Depreciações e amortizações	4.602	3.260
Perda na baixa de imobilizado e intangível	100	8
Impostos diferidos	142.838	63.372
Despesa de provisão para passivos contingentes e obrigações legais	1.733	2.854
Varição de ativos e obrigações	(996.136)	(61.281)
(Aumento) em ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	(2.715.636)	(365.839)
Redução/(aumento) em ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes	1.275	(1.037.122)
Redução/(aumento) em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	21.662	(1.158.968)
Redução/(aumento) em outros ativos	475.823	(116.182)
(Redução) em passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	(1.707.751)	(878.447)
Aumento em passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	4.677.775	2.784.354
(Redução)/aumento em outros passivos	(1.704.155)	786.208
Aumento em passivos de arrendamento	1.728	8.739
(Redução) em provisões para contingências	(2.983)	-
(Redução) em obrigações fiscais	(43.658)	(61.806)
Impostos pagos	(216)	(22.218)
Caixa líquido (aplicado) nas/proveniente das atividades operacionais	(548.805)	209.628
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(1.912)	(13.522)
Aplicações no ativo intangível	(1.170)	(1.363)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(3.082)	(14.885)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	1.640.944	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(162.748)	(54.889)
Pagamento de dividendos	(1.000)	(1.500)
Pagamento de arrendamento	(3.508)	(2.826)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	1.473.688	(59.215)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	921.801	135.528
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.729.625	2.594.097
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.651.426	2.729.625
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	921.801	135.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”) localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 – 7º andar, São Paulo - Brasil, está organizado e autorizado a exercer as suas atividades como Banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio.

Os acionistas do Banco são o The Bank of Nova Scotia (“BNS”) e o BNS Investments Inc. (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em atendimento à Resolução nº 4.818/2020, emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a qual determina que as instituições financeiras que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadradas no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional (*IFRS*) e interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (*IFRS Foundation*).

Estas são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas preparadas em IFRS pelo Scotiabank Brasil, com base no IFRS 1 que determina a utilização das normas contábeis vigentes na data de divulgação. Nestas demonstrações financeiras consolidadas a Administração designou como primeiro período de divulgação e transição para o IFRS a data base 31 de dezembro de 2022, a data base de 1º de janeiro de 2021 como o período de abertura do exercício social e 31 de dezembro de 2021 o período comparativo.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 29 de março de 2023.

I. Uso de premissas, estimativas e julgamentos

Os resultados do Banco e sua controlada estão sujeitos às estimativas, políticas e premissas contábeis que são inerentes à elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas.

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS exige julgamentos, estimativas e premissas, por parte da Administração, que afetam a aplicação das políticas contábeis e os montantes apresentados a título de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revisadas periodicamente. As revisões relativas às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada e em todos os períodos subsequentes afetados.

As áreas referentes a estimativas e julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis que tem o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras são:

a) Provisão para perda de crédito esperada de ativos financeiros

As exigências de *impairment* previstas no IFRS 9 requerem um modelo de perda de crédito esperada considerando premissas, tais como:

Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: a partir do acompanhamento de indicadores de risco de crédito, do monitoramento contínuo da situação financeira das

contrapartes e de informações públicas consegue-se determinar se houve acréscimo ou decréscimo significativo no risco de crédito.

Prazo: considera-se prazo máximo de contrato como tempo de exposição ao risco de crédito quando há uma data de vencimento definida, caso contrário estima-se a vida esperada do ativo financeiro conforme período de exposição ao risco de crédito.

Informações prospectivas: utilização de informações de caráter *forward-looking*, como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.

Cenários de perda ponderados pela probabilidade: utilização de cenários macroeconômicos imparciais e ponderados para estimar a perda esperada em um horizonte de tempo adequado.

A nota explicativa 9b detalha a movimentação da provisão para perda de crédito esperada no exercício.

b) Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

São aplicadas técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias do mercado.

c) Ativo e passivo fiscal diferido

Um ativo fiscal diferido é reconhecido quando for provável auferir lucros tributáveis futuros para compensação com as diferenças temporárias dedutíveis. O reconhecimento de um ativo fiscal diferido depende de julgamentos da Administração em relação à probabilidade e à suficiência de lucros tributáveis futuros, reversões futuras de diferenças temporárias tributáveis existentes e estratégias de planejamento fiscal.

O montante do ativo fiscal diferido reconhecido é baseado nas evidências disponíveis sobre as condições na data do balanço e exige que a Administração realize julgamentos significativos, principalmente aqueles com base nas estimativas da Administração para o crescimento dos negócios e perdas de crédito. O julgamento da Administração leva em conta o impacto de evidências negativas e positivas, incluindo os resultados financeiros passados e projeções de lucro tributável futuro.

Os passivos fiscais diferidos são compostos por obrigações fiscais e reconhecidos no momento de sua ocorrência. A nota explicativa 13b apresenta informações mais detalhadas sobre os impostos diferidos.

d) Provisões para ações judiciais

As provisões são passivos gerados no passado e que possuem um valor ou prazo incerto. São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando for considerado provável o risco de perda, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Passivo contingente é uma possível obrigação gerada por eventos passados, mas que somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração, ou uma obrigação presente de eventos passados que não foi reconhecida por não ser provável um fluxo financeiro de saída de recursos que incorporem os benefícios econômicos exigidos

para liquidar a obrigação, ou o valor dessa obrigação não pode ser mensurado com confiabilidade. Portanto, uma provisão não é reconhecida nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgada.

A realização de ativos contingentes será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração. Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de decisão transitada em julgado a última instância.

II. Reconciliação entre saldos apresentados em BACENGAAP e IFRS

A reconciliação entre os saldos apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen “BACENGAAP” e as normas internacionais de contabilidade “IFRS”, do Patrimônio Líquido e dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

		2022	2021
Lucro líquido do exercício de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil	Nota	396.059	196.183
Ajustes IFRS		(64.998)	2.725
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira e variação cambial	(a)	(76.125)	(3.290)
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(b)	(42.068)	8.806
Reversões/(despesas) de provisão para contingências		152	50
Outras despesas administrativas		(75)	(83)
Imposto de renda e contribuição social	(c)	53.118	(2.758)
Lucro líquido do exercício de acordo com o IFRS		331.061	198.908

		2022	2021
Patrimônio líquido de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil	Nota	3.142.289	1.265.827
Ajustes IFRS relativos a exercícios anteriores		64.934	62.209
Ajustes IFRS relativos ao exercícios corrente		(64.998)	2.725
Lucros acumulados		(118.116)	5.483
Imposto de renda e contribuição social	(c)	53.118	(2.758)
Patrimônio líquido de acordo com o IFRS		3.142.225	1.330.761

(a) Conversão de operações em moeda estrangeira e variação cambial

Ajustes relativos a diferença entre a taxa de câmbio PTAX, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, e a taxa de câmbio de fechamento SPOT.

(b) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Ajustes relativos a diferença do conceito de perda incorrida, estabelecido pelo Banco Central do Brasil e o conceito de perda esperada constante nas normas internacionais de contabilidade (IFRS 9).

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Refere-se a constituição dos tributos diferidos relativos aos ajustes de convergência as normas internacionais.

3. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelo Banco e sua controlada.

a) Base de consolidação e mensuração

De acordo com a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, controladas são todas as entidades nas quais o Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo possui controle.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a consolidação da entidade Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Controlada), localizada no país, sobre a qual a instituição líder do conglomerado, o Banco, detém o controle direto de 100% em 2022 (100% em 2021).

Os saldos e transações intragrupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas advindas de operações entre as entidades, são eliminados no processo de consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo amortizado, com exceção dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por através do resultado e outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) mensurados a valor justo por no resultado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo e de sua controlada. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pela taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados ou com liquidação em moeda estrangeira, são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional vigente na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas no resultado do período pelo regime de competência.

d) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, exceto recursos de uso restrito, com vencimento máximo de três meses a contar da data efetiva de aplicação e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

e) Instrumentos financeiros

I. Reconhecimento inicial

Os ativos e passivos são reconhecidos na data de negociação, data em que o Banco e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. O reconhecimento inicial é realizado pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis a sua emissão ou aquisição, exceto quando os ativos e passivos mensurados ao valor justo no resultado, em tais casos os custos de transação não são incluídos, ou

quando o instrumento é um recebível que é inicialmente mensurado pelo valor da transação, conforme definido na *IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers*.

II. Classificação e mensuração subsequente dos ativos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios pelo qual os ativos são administrados pelo Banco.

O **modelo de negócio** reflete como o Banco gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa, a avaliação da Administração considera, dentre outros, os seguintes fatores: (i) como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros são reportados ao pessoal-chave da Administração; (ii) os riscos que afetam o seu desempenho e a forma como estes riscos são gerenciados e; (iii) como os gestores do negócio são remunerados. Desta forma, a Administração determina se os fluxos de caixa dos ativos financeiros resultam de: recebimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos financeiros ou ambos.

Na análise dos fluxos de caixa contratuais a Administração efetua o teste de **SPPI (Solely Payment of Principal and Interest)**, que consiste em verificar se os fluxos representam apenas pagamento de principal e juros. Se os termos contratuais expõem o Banco a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, o instrumento financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado.

- **Custo amortizado:** os ativos financeiros mensurados nesta categoria possuem fluxos de caixa com características contratuais somente de pagamento de principal e juros e o modelo de negócio cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais. São reconhecidos pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros e os encargos financeiros são registrados pelo regime de competência no resultado do período como receita de juros.
- **Taxa efetiva de juros:** é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro. No cálculo, a estimativa dos fluxos de caixa considera todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui as comissões, os custos de transação e os descontos ou prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros.
- **Valor justo no resultado:** os ativos financeiros são mensurados nesta categoria quando as características dos fluxos de caixa contratuais não representam apenas pagamento de principal e juros, quando a Administração os mantém em um modelo de negócio que cujo objetivo seja a sua venda. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e seus rendimentos como receitas operacionais. Na mensuração subsequente, os ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes da variação do valor justo são reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência.
- **Valor justo em outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros são mensurados nesta categoria quando os seus fluxos de caixa possuem características contratuais somente de pagamento de principal e juros e são mantidos pela Administração em um modelo de negócio cujo o objetivo seja tanto para obter fluxos de caixa contratuais quanto para venda. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Na mensuração subsequente as variações decorrentes do valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. As receitas de juros são registradas no resultado do período, pelo regime de competência. Na alienação do investimento o ganho ou perda acumulado

reconhecido previamente no patrimônio líquido é reconhecido na demonstração do resultado do período.

III. Valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pela transferência de um passivo em uma transação ordenada nas condições atuais do mercado principal, na data de mensuração, independentemente do preço ser diretamente observável ou estimado utilizando-se outra técnica de avaliação.

Os instrumentos financeiros do Banco e sua controlada referem-se substancialmente a instrumentos de dívida, títulos públicos, empréstimos a clientes e instrumentos financeiros derivativos. Nesse sentido, caso não exista preço cotado em um mercado ativo e não seja possível identificar operações com um instrumento financeiro similar, o valor justo dos instrumentos financeiros são mensurados com base em metodologias de avaliação amplamente utilizadas pelo mercado, tais como método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado (para *swaps*, futuros e termo de moedas), nesse método, os fluxos de caixa futuros são projetados com base nos índices de rentabilidade dos instrumentos e são descontados a valor presente considerando os prazos e curvas de desconto.

As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são: Anbima/Bacen (títulos públicos) e B3 (títulos privados e instrumentos financeiros derivativos).

O Banco possui investimentos em ações de companhia fechada, decorrente da desmutualização da CIP – Câmara Interbancária de Pagamento, que estão classificados como nível III na hierarquia de valor justo, conforme nota 8.

A CIP S.A. é uma sociedade anônima que não exercia atividade própria e nem possuía passivo ou obrigações de qualquer natureza, sendo uma pessoa jurídica com finalidade lucrativa que incorporou a parcela cindida da CIP Associação. A cisão parcial teve por finalidade a desmutualização da CIP Associação, para que as suas atividades econômicas deixassem de ser exercidas por meio de uma estrutura jurídica associativa, passando a ser desenvolvidas pela CIP S.A., sob a forma de sociedade anônima.

A premissa utilizada para determinação do valor justo foi o laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, considerando o valor patrimonial social da CIP Associação, apurado com base nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

IV. Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, foi estabelecida uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (*inputs*) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2 – Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 – Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

V. Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, que é o valor líquido dos custos incorridos diretamente atribuíveis, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto os instrumentos financeiros derivativos que são mensurados, irrevogavelmente, ao valor justo no resultado do período.

VI. Modificação e baixa de ativos e passivos financeiros

Na ocorrência de renegociação dos fluxos de caixa de um ativo financeiro sem alteração substancial de seus termos e condições, o Banco e sua controlada, não efetuam a baixa do ativo. No entanto, o valor contábil bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original e os efeitos da modificação são reconhecidos no resultado do período. Nos casos em que a renegociação ou modificação alteram substancialmente os termos e as condições do ativo financeiro, as entidades efetuam a baixa do ativo original e reconhecem um novo, sendo a data da renegociação considerada para o reconhecimento inicial.

A modificação substancial dos termos de um passivo financeiro é contabilizada como extinção do passivo financeiro original e um novo é reconhecido.

Uma modificação substancial dos termos contratuais ocorre quando o valor presente do desconto dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas/recebidas e descontadas usando a taxa de juros efetiva original, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa restante do passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - i. Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiros são transferidos; ou
 - ii. A entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros são baixados quando a obrigação especificada no contrato for extinta, cancelada ou vencer.

VII. Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros devem ser compensados e o valor líquido reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente, se existir um direito legal corrente e executável para liquidar o montante por seu saldo líquido e se houver a intenção de liquidação simultânea do ativo e do passivo.

VIII. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

O Banco e sua controlada aplicam a abordagem de três estágios para mensurar as perdas de crédito, utilizando o conceito de perda esperada de crédito como requerido pelo IFRS 9 – *Financial Instruments*, para as seguintes categorias de ativos que não são mensuradas ao valor justo por meio do resultado:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Instrumentos de dívida classificados como valor justo em outros resultados abrangentes;
- Compromissos de crédito registrados em contas de compensação; e
- Contratos de garantia.

Modelo de perda esperada de crédito

O modelo adotado para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros é baseado no conceito de perda esperada de crédito, nesse sentido, todas as operações possuem previsão de perda esperada desde a sua origem, sendo acompanhadas à medida que a situação de risco de crédito se altera.

A perda por redução ao valor recuperável é calculada através de modelos estatísticos considerando os seguintes fatores:

- **PD – Probability of default (Probabilidade de inadimplência):** é a probabilidade de o instrumento não ser honrado pela contraparte no horizonte de tempo observado.
- **LGD – Loss Given Default (Perda dada à inadimplência):** é uma estimativa baseada no histórico de perdas observadas ponderadas pelas respectivas taxas dos portfólios. Representa a proporção do valor não recuperado pelo credor frente ao valor exposto ao risco, levando em conta as garantias associadas aos empréstimos.
- **EAD – Exposure at Default (Exposição à inadimplência):** é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência, levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

A avaliação dos ativos financeiros é realizada em três estágios:

- **Estágio 1 – Operações em curso normal:** os ativos enquadrados nesse estágio são considerados operações em situação normal, com atraso inferior ou igual a 30 dias, e não incorrendo em aumento significativo do risco de crédito. Neste caso, a perda esperada é calculada para os próximos 12 meses.
- **Estágio 2 – Operações com aumento significativo de risco de crédito:** os ativos enquadrados nesse estágio estão com atraso superior a 30 dias, ou apresentaram aumento significativo no risco de crédito. São incluídos também os créditos renegociados. Neste caso, a perda esperada é calculada até o final da vida do ativo.
- **Estágio 3 – Operações problemáticas:** os ativos enquadrados nesse estágio são os instrumentos financeiros com problema de recuperação, em descumprimento quantitativo (avaliado em função dos dias de atraso – 90 dias) ou qualitativo, caracterizado por indicativos que o cliente não honrará

integralmente a operação de crédito. Neste caso, a perda esperada é calculada até o final da vida do ativo.

O enquadramento dos ativos em estágios é revisto periodicamente considerando os processos de avaliação de risco, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira do cliente, bem como cenários econômicos prospectivos. Poderão ocorrer transferências entre estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

Forward looking (Informações prospectivas)

A estimativa de perda esperada de crédito para cada estágio e a avaliação de aumento significativo de risco considera informações sobre eventos passados e as condições atuais, bem como previsões de eventos futuros razoáveis e sustentáveis e condições econômicas. Tais estimativas podem requerer julgamentos significativos.

Fatores macroeconômicos

Em seu modelo, o Banco depende de um *range* de informações externas para inputs, tais como: crescimento do PIB, taxa de desemprego, taxa básica de juros e preços de mercado. Os inputs e modelos utilizados para o cálculo da perda esperada de crédito podem nem sempre capturar todas as características de mercado na data das demonstrações financeiras.

Aumento significativo de risco de crédito

A cada período de reporte o Banco e sua Controlada avaliam se houve aumento significativo no risco de crédito para a exposição desde o reconhecimento inicial, comparando o risco de *default* (inadimplência) ocorrer a partir da data de reconhecimento inicial e a partir da data de reporte, até a vida final do ativo. A avaliação considera as informações quantitativas e qualitativas do tomador, sem considerar as garantias e as informações prospectivas dos fatores econômicos.

As avaliações comuns de aumento significativo de risco incluem perspectivas macroeconômicas, julgamento da Administração, monitoramento e operações em atraso. A importância e relevância de cada fator macroeconômico depende do tipo de produto, característica do instrumento financeiro e do tomador e a região geográfica. Modelos quantitativos nem sempre são capazes de capturar todas as informações razoáveis e sustentáveis que podem indicar aumento significativo de risco. Fatores qualitativos podem ser avaliados para complementar a análise. Em relação ao monitoramento e operações em atraso existe uma presunção refutável que há aumento significativo de risco de crédito, desde o reconhecimento inicial, para instrumentos financeiros vencidos há mais de 30 dias.

Definição de *default* (inadimplência)

O Banco considera como *default* (inadimplência) um instrumento financeiro que apresentou um ou mais eventos de perda que ocorreram após o reconhecimento inicial e tais eventos resultam em um impacto negativo na estimativa de fluxos de caixa futuro do instrumento, desde que tal impacto possa ser estimado com confiabilidade.

Ativos financeiros que apresentaram evento de *default* e atraso superior a 90 dias são considerados como ativos problemáticos.

Write-off (baixa para prejuízo)

O Banco efetua a baixa de um ativo financeiro problemático (e a provisão de perda esperada de crédito relacionada), parcial ou total, quando não existe uma perspectiva realista de recuperação. Nos casos de ativos financeiros com garantia, o *write-off* é efetuado após a realização da garantia. Nas circunstâncias em que o valor realizável líquido da garantia foi determinado e não existe expectativa razoável de recuperação adicional, o *write-off* pode ser realizado de forma antecipada. Em períodos subsequentes, as recuperações relativas a ativos baixados para prejuízo são creditadas na rubrica de “Outras receitas operacionais” nas Demonstrações Consolidadas dos Resultados.

f) Resultado líquido de serviços e comissões

O Banco e sua controlada auferem receita de serviços e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornecem aos seus clientes. Taxas auferidas com a prestação de serviços são apropriadas ao longo do mesmo período em que os serviços são prestados. O reconhecimento de receitas de serviços provindas de contratos com clientes é reconhecido de acordo com os princípios descritos no IFRS 15, pelo valor que reflita contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

- Identificação do contrato e obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita.

Despesas com serviços prestados e comissões pagas são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas ou despesas provenientes das tarifas e comissões que forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo IFRS 15 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do IFRS 9, de forma diferida no resultado pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

g) Ativos não financeiros

- **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens.

Item	Vida útil estimada
Móveis, equipamentos e instalações	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos
Direitos de uso	5 anos

- **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

Item	Vida útil estimada
Softwares	5 anos

- **Investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, tais como imobilizado e intangível, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente ou caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificadas perdas por *impairment*.

i) Arrendamentos

O Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades comerciais. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica Outros Passivos, que corresponde ao valor presente do total dos pagamentos futuros em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Outras Receitas/Despesas Operacionais nas Demonstrações Consolidadas dos Resultados.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável.

A alíquota atual em vigor para a contribuição social é de 20%. Entretanto através da Medida Provisória n. 1.115/2022, dos períodos de Agosto a Dezembro/2022 a alíquota vigente será a de 21%; voltando a ser a alíquota anteriormente citada a partir de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

Os Créditos Tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o Imposto de Renda e 20% para a Contribuição Social.

Em atendimento às normas vigentes, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 20c).

Em consonância com o IAS 12 – *Income Taxes* para fins de apresentação o Banco e sua controlada efetuam a compensação dos tributos correntes que estão relacionados aos impostos sobre a renda, lançados pela

mesma autoridade fiscal e com mesmo prazo de realização/pagamento, para os quais há um direito legal de compensação.

k) PIS e COFINS

As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

l) Ativos e passivos contingentes

Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

m) Pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

n) Benefícios a empregado pós-emprego

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme normas vigentes.

Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

o) Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

p) Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias.

q) Resultados acumulados não apropriados

O saldo apresentado nesta conta contempla o efeito das diferenças entre as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade.

r) Normas emitidas recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas, alterações e interpretações relevantes que foram emitidas pelo IASB, com reflexo em períodos futuros:

- **Alterações na IAS 1** – Apresentação das Demonstrações Contábeis – Requer a divulgação apenas de informações materiais sobre as políticas contábeis, eliminando informações que dupliquem ou sumarizem os requerimentos das normas IFRS. As alterações serão efetivas de forma prospectiva para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros.
- **Alterações na IAS 8** – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda esperada de crédito e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração será efetiva para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos para as demonstrações financeiras consolidadas.
- **Alterações na IAS 12** – Tributos sobre o lucro – Esclarece que a isenção para a contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. As alterações serão efetivas de forma prospectiva para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Disponibilidades	13.271	11.908
Moeda nacional	2.605	1.417
Moeda estrangeira	10.666	10.491
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.638.155	2.717.717
Aplicações no mercado aberto ⁽ⁱ⁾	3.387.494	2.612.994
Depósitos interfinanceiros	250.661	104.723
Total	3.651.426	2.729.625

(i) Referem-se substancialmente a operações compromissadas com o Bacen.

5. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

a) Títulos e valores mobiliários

Composição por tipo e vencimento

	2022					2021	
	Sem vencimento	Até 3 meses	Acima de 12 meses	Valor justo/contábil	Custo atualizado	Valor justo/contábil	Custo atualizado
Carteira própria							
LTN	-	-	-	-	-	11.710	11.714
NTN	-	6.344	12.373	18.717	19.126	8.935	9.414
Ações Cias Fechadas ⁽ⁱ⁾	7.568	-	-	7.568	7.568	-	-
Cotas de fundo de investimento	42.339	-	-	42.339	42.339	41.008	41.008
Total	49.907	6.344	12.373	68.624	69.033	61.653	62.136

(i) Reorganização societária da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP).

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco. Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais atualizados ao preço de mercado, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos:

I. Contratos futuros

	2022		2021	
	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)
Posição comprada	44.226.281	287.333	34.852.960	(704.661)
DI	1.434.139	303	1.069.453	289
DDI	38.987.937	309.050	32.245.442	(673.672)
Dólar	3.804.205	(22.020)	1.538.065	(31.278)
Posição vendida	4.147.472	22.750	3.468.715	29.863
DI	443.700	(188)	1.963.097	(614)
DDI	3.703.772	22.938	1.505.618	30.477

II. Operações de swap e operações a termo

Por indexador	2022			2021		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
Swap						
Valores a receber	28.505.265	1.669.860	3.235.104	15.001.746	226.282	489.000
CDI x Dólar	28.505.265	1.669.860	3.235.104	14.769.746	220.884	483.093
CDI x Euro	-	-	-	232.000	5.398	5.907
Valores a pagar	7.417.982	(1.494.190)	(1.098.030)	12.239.541	(2.835.882)	(2.817.062)
CDI x Dólar	7.417.982	(1.494.190)	(1.098.030)	12.239.541	(2.835.882)	(2.817.062)
Termo de moedas - NDF						
Valores a receber	297.064	5.530	4.908	2.276.587	44.308	42.347
Posição comprada - Dólar	297.064	5.530	4.908	1.996.020	29.875	26.075
Posição vendida - Dólar	-	-	-	280.567	14.433	16.272
Valores a pagar	435.993	(25.098)	(22.648)	203.539	(12.068)	(11.367)
Posição comprada - Dólar	435.993	(25.098)	(22.648)	112.356	(8.438)	(9.461)
Posição vendida - Dólar	-	-	-	91.183	(3.630)	(1.906)
Total	36.656.304	156.102	2.119.334	29.721.413	(2.577.360)	(2.297.082)

III. Composição por vencimento

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento:

	2022				Total	2021
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Futuros ⁽ⁱ⁾	12.733.471	2.428.817	5.641.412	27.570.053	48.373.753	38.321.675
Swap ⁽ⁱⁱ⁾	1.026.269	2.320.535	4.913.338	27.663.105	35.923.247	27.241.287
Termo de moedas – NDF ⁽ⁱⁱ⁾	160.343	142.665	300.628	129.421	733.057	2.480.126
Total	13.920.083	4.892.017	10.855.378	55.362.579	85.030.057	68.043.088

(i) Contraparte: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

(ii) Contraparte: pessoa jurídica.

IV. Segregação entre circulante e não circulante

O valor justo dos instrumentos financeiros estava segregado conforme segue:

	2022			2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativo						
Swap	329.476	2.905.628	3.235.104	61.950	427.050	489.000
Termo de moedas - NDF	4.899	9	4.908	23.397	18.950	42.347
Total	334.375	2.905.637	3.240.012	85.347	446.000	531.347
Passivo						
Swap	(591.332)	(506.698)	(1.098.030)	(326.256)	(2.490.806)	(2.817.062)
Termo de moedas - NDF	(21.020)	(1.628)	(22.648)	(9.393)	(1.974)	(11.367)
Total	(612.352)	(508.326)	(1.120.678)	(335.649)	(2.492.780)	(2.828.429)

c) Resultados

Os resultados apurados com instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão assim compostos:

	2022	2021
Instrumentos financeiros derivativos	174.975	353.193
Futuros	(6.841.593)	771.623
Swap	6.782.009	(394.077)
Termo de moedas - NDF	234.559	(24.353)
Títulos e valores mobiliários	(68)	(1.863)
Total	174.907	351.330

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

6. Ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes

a) Títulos e valores mobiliários

	2022				2021		
	Até 3 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor justo/ contábil	Custo atualizado	Valor justo/ contábil	Custo atualizado
Carteira própria							
LTN	199.895	-	60.914	260.809	261.185	56.801	56.816
Subtotal	199.895	-	60.914	260.809	261.185	56.801	56.816
Vinculados a prestação de garantias⁽ⁱ⁾							
LTN	-	609.879	515.051	1.124.930	1.151.839	1.324.354	1.357.484
Subtotal	-	609.879	515.051	1.124.930	1.151.839	1.324.354	1.357.484
Total	199.895	609.879	575.965	1.385.739	1.413.024	1.381.155	1.414.300

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos e de câmbio.

7. Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Aplicações no mercado aberto	2022		2021
	Até 3 meses	Total	Total
Posição bancada - LTN	5.161.378	5.161.378	4.126.041
Posição financiada - LTN	-	-	4.726
Posição vendida - LTN	887.152	887.152	794.853
Total	6.048.530	6.048.530	4.925.620

b) Títulos e valores mobiliários

	2022						2021		
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Custo atualizado/contábil	Valor justo	Custo atualizado/contábil	Valor justo
Debêntures	-	1.210	-	1.151	72.019	74.380	81.333	140.399	149.310
Subtotal	-	1.210	-	1.151	72.019	74.380	81.333	140.399	149.310

As debêntures encontram-se custodiadas em outra instituição financeira.

c) Operações de Crédito

I. Composição da carteira de crédito por tipo de operação

	2022			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Nota de crédito à exportação (NCE)	528.794	-	-	528.794
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	866.285	-	73.231	939.516
Total	1.395.079	-	73.231	1.468.310

	2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Cédula de crédito bancário (CCB)	366.341	-	-	366.341
Nota de crédito à exportação (NCE)	1.395.802	-	-	1.395.802
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	634.211	-	150.509	784.720
Total	2.396.354	-	150.509	2.546.863

II. Composição da carteira de crédito por prazo da operação

	2022			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total ⁽ⁱ⁾
Venc. acima 15 Dias	-	-	-	-
A vencer				
Até 3 meses	777.957	-	73.321	851.188
De 3 a 6 meses	617.122	-	-	617.122
Total	1.395.079	-	73.321	1.468.310

(i) Não houve transferência entre estágios no período.

	2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total ⁽ⁱ⁾
Venc. acima 15 Dias	-	-	150.509	150.509
A vencer				
Até 3 meses	752.236	-	-	752.236
De 3 a 6 meses	365.939	-	-	365.939
De 6 a 12 meses	659.814	-	-	659.814
Acima de 12 meses	618.365	-	-	618.365
Total	2.396.354	-	150.509	2.546.863

(i) Não houve transferência entre estágios no período.

III. Concentração das operações de crédito

	2022	2021
Principal devedor	528.794	1.395.802
Percentual sobre o total da carteira de crédito	36,0%	54,8%
20 maiores devedores	1.468.310	2.546.863
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100,0%	100,0%

O montante de créditos renegociados em 31 de dezembro de 2022 representa R\$ 276.035 (R\$ 849.395 em 2021).

O Banco possui garantias financeiras prestadas no montante de R\$ 2.469 (R\$ 2.469 em 2021).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve recuperações de créditos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve baixa de crédito para prejuízo no montante de R\$ 32.511 (R\$ 0 em 2021).

d) Depósitos

	2022					2021
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	80	-	-	-	80	105
Depósitos interfinanceiros	-	420.641	-	-	420.641	45.450
Depósitos a prazo	-	855.041	1.851.273	927.778	3.634.092	1.109.914
Total	80	1.275.682	1.851.273	927.778	4.054.813	1.155.469

Em 31 de dezembro de 2022 o percentual médio das captações dos depósitos a prazo é 102% do DI (100% do DI em dez/2021).

e) Captações no Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2022 estão representadas por obrigações em operações compromissadas no montante de R\$ 887.315 (R\$ 794.633 em 2021), com vencimentos até março de 2023 e taxa de 13,81% ao ano, correspondentes a obrigações referentes ao compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas com acordo de livre movimentação.

f) Obrigações por Empréstimos

As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R\$ 6.317.364 (R\$ 3.975.747 em 2021) estão representadas, basicamente, por operações destinadas a financiamentos à exportação, com vencimentos até junho de 2023. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 4,30% a 5,51% ao ano (0,13% a 0,20% ao ano em 2021).

g) Obrigações por Repasses

As obrigações por repasses do exterior no montante de R\$ 739.934 (R\$ 1.395.802 em 2021), estão representadas, por captação externa conforme as normas vigentes, com vencimentos até novembro de 2023. As operações são atualizadas pela variação cambial de dólar acrescidas de juros que variam de 0,99% a 5,07% ao ano (0,74% a 1,14% ao ano em 2021).

8. Valor justo dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros por níveis de hierarquia de valor justo:

	Saldo em 31/12/2022	Distribuição por nível		
		Nível I	Nível II	Nível III
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3.308.636	61.056	3.240.012	7.568
Títulos e valores mobiliários	68.624	61.056	-	7.568
Instrumentos financeiros derivativos	3.240.012	-	3.240.012	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes	1.385.739	1.385.739	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.385.739	1.385.739	-	-
Outros ativos financeiros	1.987.358	806.697	1.180.661	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	1.120.678	-	1.120.678	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.120.678	-	1.120.678	-
Outros passivos financeiros	1.444.433	282.426	1.162.007	-

9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a) Abertura por estágio e produto

	2022			Total ⁽ⁱ⁾
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Operações de crédito	107	-	-	107
Títulos e valores mobiliários	434	-	-	434
Operações compromissadas	34	-	-	34
Depósitos em outras instituições	15	-	-	15
Total	590	-	-	590

(i) Não houve movimentação entre estágios durante o exercício.

	2021			Total ⁽ⁱ⁾
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Operações de crédito	606	-	32.511	33.117
Títulos e valores mobiliários	448	-	-	448
Operações compromissadas	11	-	-	11
Depósitos em outras instituições	17	-	-	17
Total	1.082	-	32.511	33.593

(i) Não houve movimentação entre estágios durante o exercício.

b) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Saldo em 2020	31.086
Constituição	2.618
Reversão	(111)
Saldo em 2021	33.593
Constituição	172
Reversão	(664)
Baixa de crédito para prejuízo	(32.511)
Saldo em 2022	590

10. Outros ativos e passivos

a) Outros ativos financeiros e não financeiros

	2022	2021
Financeiros	2.027.309	2.503.473
Circulante	1.984.707	2.463.433
Operações de câmbio ⁽ⁱ⁾	1.178.010	2.345.236
Pagamentos a ressarcir	2.112	2.130
Valores a receber de sociedades ligadas	737	1.112
Ajuste de contratos futuros a liquidar	333.673	30.826
Caixas de registro e liquidação	254.306	-
Devedores contas de liquidação pendente	4.729	84.129
Repasses de recursos externos	211.140	-
Não circulante	42.602	40.040
Devedores por depósitos em garantia	42.602	40.040
Não financeiros	2.872	2.314
Circulante	2.839	2.036
Despesas antecipadas	1.558	1.045
Adiantamentos e antecipações salariais	283	898
Impostos e contribuições a compensar	47	89
Outros	951	4
Não circulante	33	278
Despesas antecipadas	33	278
Total	2.030.181	2.505.787

(i) Refere-se substancialmente as posições de câmbio comprado a liquidar.

b) Outros passivos financeiros e não financeiros

	2022	2021
Financeiros	1.444.433	3.176.819
Circulante	1.444.433	3.176.819
Operações de câmbio	1.162.007	2.383.378
Ajuste de contratos futuros a liquidar	23.590	705.624
Credores contas de liquidações pendentes	258.798	24.598
Caixas de registro e liquidação	-	63.196
Comissões e corretagens a pagar	38	23
Não financeiros	62.908	34.677
Circulante	48.779	21.333
Provisão para despesas de pessoal	19.791	17.202
Ordens de pagamento em moedas estrangeiras	25.118	-
Provisão para pagamentos a efetuar	2.375	3.432
Valores a pagar sociedades ligadas	1.487	699
Credores diversos	8	-
Não circulante	14.129	13.344
Provisão para despesas de pessoal	14.129	11.244
Provisão para pagamentos a efetuar	-	2.100
Total	1.507.341	3.211.496

11. Imobilizado de uso**a) Composição**

	2022			
	Taxa anual de depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizações em curso	-	489	-	489
Móveis, equipamentos e instalações	10%	6.838	(2.902)	3.936
Equipamentos de informática	20%	15.597	(9.764)	5.833
Direitos de uso	20%	21.221	(6.834)	14.387
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	1.602	(413)	1.189
Total		45.747	(19.913)	25.834
	2021			
	Taxa anual de depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizações em curso	-	7.627	-	7.627
Móveis, equipamentos e instalações	10%	5.479	(4.458)	1.021
Equipamentos de informática	20%	10.922	(8.504)	2.418
Direitos de uso	20%	21.221	(4.916)	16.305
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	899	(285)	614
Total		46.148	(18.163)	27.985

b) Movimentações

	2021	Adições	Baixas	Reclassificação	Depreciação	2022
Imobilizações em curso	7.627	1.456	-	(8.594)	-	489
Móveis, equipamentos e instalações	1.021	33	(78)	3.448	(488)	3.936
Equipamentos de informática	2.418	103	(22)	4.762	(1.428)	5.833
Direitos de uso	16.305	-	-	-	(1.918)	14.387
Benfeitorias em imóveis de terceiros	614	320	-	384	(129)	1.189
Total	27.985	1.912	(100)	-	(3.963)	25.834

	2020	Adições	Baixas	Reclassificação	Depreciação	2021
Imobilizações em curso	2.889	4.945	-	(207)	-	7.627
Móveis, equipamentos e instalações	1.086	47	(8)	73	(177)	1.021
Equipamentos de informática	2.222	837	-	134	(775)	2.418
Direitos de uso	10.541	7.693	-	-	(1.929)	16.305
Benfeitorias em imóveis de terceiros	704	-	-	-	(90)	614
Total	17.442	13.522	(8)	-	(2.971)	27.985

12. Intangível

a) Composição

	2022			
	Taxa anual de amortização	Valor de custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Outros ativos intangíveis em curso		458	-	458
Ativos intangíveis	20%	5.603	(1.924)	3.679
Total		6.061	(1.924)	4.137

	2021			
	Taxa anual de amortização	Valor de custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Outros ativos intangíveis em curso		2.162	-	2.162
Ativos intangíveis	20%	2.587	(1.143)	1.444
Total		4.749	(1.143)	3.606

b) Movimentações

	2021	Adições	Reclassificação	Amortização	2022
Outros ativos intangíveis em curso	2.162	1.044	(2.748)	-	458
Ativos intangíveis	1.444	126	2.748	(639)	3.679
Total	3.606	1.170	-	(639)	4.137

	2020	Adições	Reclassificação	Amortização	2021
Outros ativos intangíveis em curso	1.606	1.363	(807)	-	2.162
Ativos intangíveis	926	-	807	(289)	1.444
Total	2.532	1.363	-	(289)	3.606

13. Contingências e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros.

b) Contingências passivas

O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3I.

O Banco mantém provisões constituídas para esses passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica “Outros passivos”, no passivo não circulante.

As ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis, representam o montante de R\$ 186 (R\$ 1.341 em 2021). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas.

Existem processos em andamento de natureza fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 34.869 (R\$ 32.777 em 2021), sendo o mais significativo referente a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº 17 e Lei Complementar nº 7 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade, no montante de R\$ 20.336 (R\$ 19.355 em 2021).

Um processo decorrente de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 5.494 (R\$ 5.408 em 2021) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R\$ 7.548 (R\$ 6.830 em 2021), referente a impostos reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal.

c) Movimentação dos saldos

	2022			2021
	Trabalhistas	Fiscais	Total	Total
Provisão para contingências				
Saldo inicial	7.392	21.103	28.495	25.641
Constituição	15	280	295	2.098
Atualização	96	1.342	1.438	756
Pagamento	(2.983)	-	(2.983)	-
Total	4.520	22.725	27.245	28.495

Depósitos Judiciais	2022			2021
	Trabalhistas	Fiscais	Total	Total
Saldo inicial	89	39.951	40.040	39.263
Constituição	-	280	280	30
Atualização	7	2.275	2.282	747
Total	96	42.506	42.602	40.040

14. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente integralizado, no valor de R\$ 2.437.823 (796.879 em 2021), está representado por 4.204.886.326 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração delibera a cada período, sobre a destinação do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 10 de fevereiro de 2022 e em 24 de maio de 2022, conforme Atas de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, o Banco recebeu recursos dos acionistas para o aumento do capital social nos montantes de R\$ 780.114 e de R\$ 722.494 respectivamente, representados por 2.591.420.901 e por 2.341.326.437 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os processos foram aprovados pelo BACEN em 16 de fevereiro de 2022 e em 08 de junho de 2022.

Em 15 de dezembro de 2022, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi deliberado o aumento de capital social no valor de R\$ 138.336, integralizados com créditos dos acionistas oriundos da distribuição de juros sobre o capital próprio.

A Diretoria Executiva deliberou sobre grupamento da totalidade de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, considerando, inclusive, as ações emitidas no aumento de capital, sendo o grupamento calculado com base na proporção de 100.000 por 1 ação da mesma espécie. Desta forma, o capital social antes dividido em 9.560.846.423 passa a ser representado por 95.608 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores e atual, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A Administração deliberará em Assembleia Geral, anualmente, o montante mínimo relativo à distribuição de dividendos referente ao lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme Ata da Diretoria, foram aprovados para pagamento:

- I. Dividendos no valor de R\$ 1.000 (R\$ 1.500 em 2021).
- II. Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 138.336 (R\$ 46.656 em 2021), já deduzidos do imposto de renda retido na fonte no valor de R\$ 24.412 (R\$ 8.233 em 2021).

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após as participações nos lucros	477.248	477.248	325.919	325.919
Juros sobre o capital próprio	(162.748)	(162.748)	(54.889)	(54.889)
Adições/(exclusões) temporárias	(827.527)	(827.527)	(134.818)	(134.818)
Ajuste ao valor justo – TVM e derivativos	(803.417)	(803.417)	(150.607)	(150.607)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	426	426	2.511	2.511
Outras	(24.536)	(24.536)	13.278	13.278
Adições/(exclusões) permanentes	11.319	11.323	11.834	2.015
Base tributável	(501.708)	(501.704)	148.046	138.227
Total IRPJ e CSLL – Valores correntes antes dos incentivos fiscais	(2.077)	(1.288)	(35.667)	(29.656)
Incentivos fiscais	15	-	1.684	-
Total IRPJ e CSLL – Valores correntes	(2.062)	(1.288)	(33.983)	(29.656)
Créditos tributários	121.651	97.283	1.117	882
Passivo fiscal diferido	(200.984)	(160.787)	(35.705)	(29.666)
Total	(81.395)	(64.792)	(68.571)	(58.440)

b) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

	Saldos em 31/12/2021	Constituição	Realização /Reversão	Saldos em 31/12/2022
Créditos tributários				
Refletido no resultado	45.028	236.762	(17.828)	263.962
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	176.392	-	176.392
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	13.163	801	(338)	13.626
Provisões indedutíveis	10.943	8.090	(6.815)	12.218
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	11.372	6.772	(3.202)	14.942
Provisão para risco de crédito – debêntures	203	-	(62)	141
Ajuste a valor justo de TVM classificados como negociação	218	77	(111)	184
Outros	9.129	44.630	(7.300)	46.459
Refletido no patrimônio líquido	14.916	1.166	(3.820)	12.262
Ajuste a valor justo de TVM	14.916	1.166	(3.820)	12.262
Total	59.944	237.928	(21.648)	276.224
Passivo fiscal diferido				
Refletido no resultado	(76.733)	(386.840)	25.069	(438.504)
Ajuste a valor justo de instrumentos derivativos	(57.746)	(385.813)	22.228	(421.331)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(9.488)	(1.027)	-	(10.515)
Ajuste a valor justo de operações compromissadas	(2.162)	-	2.162	-
Outros	(7.337)	-	679	(6.658)
Total	(76.733)	(386.840)	25.069	(438.504)

c) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Prazo de realização	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total
1º ano	44.220	7.540	51.760
2º ano	13.818	1.593	15.411
3º ano	8.500	26.830	35.330
4º ano	6.822	33.010	39.832
5º ano	6.057	34.202	40.259
6º ano ao 10º ano	20.416	73.216	93.632
Total	99.833	176.391	276.224
Valor Presente ⁽ⁱ⁾	74.366	105.719	180.085

(i) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

16. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas conforme as normas vigentes. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

a) Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	2022	2021	2022	2021
Disponibilidades	1.595	3.682	9.489	3.665
BNS (Controlador)	1.595	3.682	9.489	3.665
Carteira de câmbio – posição ativa	-	464.845	(71.194)	(24)
BNS (Controlador)	-	464.845	(71.194)	(24)
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas / receitas/(despesas) de prestação de serviços	(749)	413	13.612	15.076
BNS	(1.430)	(576)	14.163	15.483
Scotiabank Inverlat (México) (Parte relacionada)	(45)	-	(330)	(416)
Scotiabank Colpatria (Colômbia) (Parte relacionada)	726	989	(77)	9
Scotiabank Peru (Parte relacionada)	-	-	(144)	-
Obrigações por empréstimos	(6.317.364)	(3.975.747)	4.667	(26.956)
BNS (Controlador)	(6.317.364)	(3.975.747)	4.667	(26.956)
Obrigações por repasses	(739.934)	(1.395.802)	93.230	(78.821)
BNS (Controlador)	(739.934)	(1.395.802)	93.230	(78.821)
Carteira de câmbio – posição passiva	-	(485.479)	88.183	(20.447)
BNS (Controlador)	-	(485.479)	88.183	(20.447)
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	-	-	48
Scotiabank Colpatria (Colômbia) (Parte relacionada)	-	-	-	48

b) Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizam R\$ 24.232 (R\$ 21.933), sendo formadas por R\$ 15.482 (R\$ 12.602 em 2021), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 8.750 (R\$ 9.331 em 2021), que representa remuneração baseada em ações e encargos. Não

existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

17. Pagamento baseado em ações

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor justo do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU ou PSU.

a) Plano de Unidades de Ações Restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2022, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 6.708 (R\$ 4.788 em 2021) e a quantidade total de ações é de 48.495 unidades (44.649 em 2021) mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R\$ 0,2621 por ação (0,4031 em 2021). O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 4.931 (R\$ 4.713 em 2021).

RSU	Saldo			
	2022		2021	
	Qde - Ações	Valor - R\$	Qde - Ações	Valor - R\$
Preço da Ação	-	262,10 ⁽ⁱ⁾	-	403,10 ⁽ⁱ⁾
Quantidade Total - Devido	48.495	12.709	44.649	17.998
Quantidade Total - Provisionado	28.741	6.708	11.877	4.788
Quantidade Total - A provisionar	23.517	6.163	32.772	13.210

RSU	A Pagar					
	2025		2024		2023	
	Qde - Ações	Valor - R\$	Qde - Ações	Valor - R\$	Qde - Ações	Valor - R\$
Preço da Ação	-	262,10 ⁽ⁱ⁾	-	262,10 ⁽ⁱ⁾	-	262,10 ⁽ⁱ⁾
Quantidade Total - Devido	22.684	5.945	14.445	3.786	11.366	2.979
Quantidade Total - Provisionado	11.889	3.116	8.872	2.325	4.217	1.105
Quantidade Total - A provisionar	10.795	2.829	5.573	1.461	7.150	1.874

(i) Valores expressos em reais

b) Plano de Unidades de Ações por Desempenho (PSU - *Performance Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (Retorno sobre o patrimônio líquido e Retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 31 de dezembro de 2022, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 7.822 (R\$ 7.486 em 2021) e a quantidade total de ações é de 30.172 unidades (30.567 em 2021) mensuradas pelo valor de mercado ponderado de R\$ 0,2621 por ação (0,4031 em 2021). O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 2.981 (R\$ 7.112).

PSU	Saldo			
	2022		2021	
	Qde - Ações	Valor - R\$	Qde - Ações	Valor - R\$
Preço da Ação	-	262,10 ⁽ⁱ⁾	-	403,10 ⁽ⁱ⁾
Quantidade Total - Devido	30.172	7.907	30.567	12.321
Quantidade Total - Provisionado	29.848	7.822	18.572	7.486
Quantidade Total - A provisionar	324	85	11.995	4.835

PSU	A Pagar					
	2025		2024		2023	
	Qde - Ações	Valor - R\$	Qde - Ações	Valor - R\$	Qde - Ações	Valor - R\$
Preço da Ação	-	262,10 ⁽ⁱ⁾	-	262,10 ⁽ⁱ⁾	-	262,10 ⁽ⁱ⁾
Quantidade Total - Devido	7.998	2.096	6.656	1.744	13.327	3.492
Quantidade Total - Provisionado	7.998	2.096	6.656	1.744	13.327	3.492
Quantidade Total - A provisionar	2.190	574	-	-	-	-

(i) Valores expressos em reais

18. Benefícios a empregado pós-emprego

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco e sua controlada oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 1.872.

Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros.

O Banco e sua controlada não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

19. Receita líquida de juros

	2022	2021
Receita de juros	1.101.780	398.966
Operações com títulos e valores mobiliários	1.064.101	358.969
Operações de crédito	37.679	39.997
Despesa de juros	(541.029)	(250.625)
Operações de captação no mercado aberto	(512.666)	(82.853)
Operações de empréstimos e repasses	(28.363)	(167.772)
Receita líquida de juros	560.751	148.341

20. Despesas de pessoal

	2022	2021
Proventos	63.998	59.933
Encargos sociais	22.729	23.049
Benefícios	6.372	5.237
Outros	3.861	3.860
Total	96.960	92.079

21. Outras despesas administrativas

	2022	2021
Processamento de dados	11.789	11.028
Serviços do sistema financeiro	8.667	5.159
Aluguéis	520	621
Serviços técnicos especializados	2.940	2.691
Serviços de terceiros	3.542	2.265
Comunicações	1.399	1.240
Contribuições filantrópicas	1.500	1.400
Água, energia e gás	701	731
Condomínio	594	562
Indenizações trabalhistas	871	-
Outras	3.355	1.836
Total	35.878	27.533

22. Gerenciamento de Riscos

O Banco utiliza uma estrutura integrada e contínua para o gerenciamento de riscos, conforme as normas vigentes.

O modelo de governança definido para o gerenciamento integrado de riscos e de capital do Banco envolve estrutura de Comitês Estratégicos, com a participação de diversas áreas do Banco.

A Estrutura de Gestão de Riscos do Banco possui políticas aderentes às melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelo órgão regulador.

Interação entre o modelo de negócios e o perfil de riscos do Banco

Os negócios do Banco consistem em atividades de GBM (*Global Banking & Markets*) e ALM (*Assets and Liability Management*). A divisão de GBM é direcionado ao cliente e se concentra nas soluções de *cash* e instrumentos financeiros derivativos para clientes corporativos e institucionais, enquanto a divisão de ALM opera como uma função subsidiária para apoiar as atividades do GBM, por meio de financiamento e gestão de caixa. A Corretora, por sua vez, atende os investidores institucionais, que atuam no mercado de valores mobiliários brasileiro, bem como os formadores de mercado (*"market makers"*).

Apetite de Riscos

A área de *Risk Management* é responsável por monitorar e reportar as métricas de apetite ao risco, utilizando informações provenientes das unidades responsáveis por sua gestão. Os dados referentes às métricas de apetite ao risco são reportados à Diretoria pelo *Chief Risk Officer* (CRO) do Banco em cada reunião do Comitê ExCO.

As métricas de apetite ao risco são avaliadas da seguinte forma:

- Verde: a métrica está dentro do limite de apetite ao risco e dentro dos limites de *guidance*.
- Vermelho: a métrica viola o limite de apetite ao risco.

Os limites de *guidance* e os limites de apetite ao risco devem ser aprovados pela Diretoria do Banco e estar em linha com os demais limites aprovados pela Matriz (The Bank of Nova Scotia - BNS).

Principais métricas de apetite ao risco: Capacidade de Risco do Banco (% Capital Principal), Capital Nível I, Índice de Basileia, Capital Econômico, *Legal Lending Limit*, Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (% Provisão), Quantidade de novas operações com contrapartes de IG < 77, Limites de Risco de Mercado (*VaR* e *Stress*), LCR (Risco de Liquidez), Caixa Mínimo e Perdas Operacionais (Risco Operacional).

Os principais riscos relacionados às atividades de negócios do Banco estão detalhados a seguir:

• **Risco de Crédito**

O risco de crédito está relacionado às possíveis perdas quando um dos contratantes não honra os compromissos assumidos com o Banco e/ou com outras contrapartes.

• **Risco de Mercado e IRRBB**

O risco de mercado pode ser definido como a perda potencial decorrida de oscilações dos preços de mercado ou parâmetros que influenciam os preços de mercado.

O Risco de Taxa de Juros do *Banking Book* (“IRRBB”) é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

• **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez se materializa na ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, ou seja, nos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

• **Risco Operacional**

A estrutura de risco operacional tem a função de identificar, avaliar, monitorar e reduzir o risco operacional no Banco. O risco operacional é definido como o risco de perda resultante de processos internos, sistemas, falhas humanas, eventos externos ou serviços terceirizados.

• **Risco ESG e Climático**

- Risco Ambiental refere-se aos impactos negativos potenciais devido à perda, ou danos ao meio ambiente/biodiversidade;
- Risco Climático refere-se à possibilidade de que eventos relacionados a mudanças nos padrões climáticos possam afetar negativamente o desempenho da instituição, impactando negativamente os riscos de crédito, reputacional, operacional e legal. O risco climático se divide em duas categorias:

- Riscos Físicos: se manifestam como potenciais perdas financeiras por danos a propriedades ou ativos, causados por aumentos na frequência e gravidade de eventos climáticos, e mudanças de longo prazo nos padrões climáticos;
 - Riscos de Transição: se manifestam como o potencial de perda financeira resultante de uma mudança para uma economia de baixo carbono.
- Risco Social refere-se aos impactos negativos potenciais que podem surgir devido ao mau gerenciamento de considerações sociais que possam causar impactos negativos em pessoas ou comunidades;
 - Risco de Governança consequentemente refere-se aos impactos negativos que podem surgir devido controles e mecanismos pobres e/ou ineficazes de governança corporativa.

Governança do gerenciamento de riscos

O Banco, sob o aspecto de sua estrutura organizacional relativa a gerenciamento de riscos e controles internos, é composto pela Área de *Risk Management* (RM), com as unidades de *Market, Liquidity and Operational Risk Management* (MRM) e de *Credit Risk Management* (CRM), *Capital Management, Finance (Accounting, Taxation, FP&A e Product Control)*, Operações, Tecnologia da Informação (IT), Recursos Humanos, Administração, Jurídico e *Compliance* (coletivamente, as “Áreas de Suporte”).

A área de RM é responsável pela administração de riscos, e possui linha de reporte para a Diretoria local e, de forma independente, para o BNS, controlador do Banco. Suas unidades possuem as seguintes responsabilidades:

No que concerne à estrutura de gerenciamento de riscos, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das Áreas de Negócios. Tal estrutura busca a otimização da relação risco/retorno, privilegiando o acompanhamento eficaz e o controle rigoroso dos fatores de exposição a riscos, oferecendo total suporte ao desenvolvimento das atividades pelas áreas de negócios.

A fim de garantir boas práticas de gestão de governança de riscos e seu alinhamento aos requisitos regulatórios específicos, o Banco possui os seguintes comitês relacionados ao gerenciamento de riscos do Banco:

• **Executive Committee (ExCo)**

Tem por finalidade discutir, aprovar e formalizar assuntos significantes relacionados aos controles e governança corporativa do Banco, promovendo um fórum apropriado para que as decisões sejam tomadas de forma efetiva e coordenada por toda a Diretoria Executiva do Banco. O Comitê se reúne com periodicidade mínima bimestral e é composto pelos Diretores Executivos, *Head* de Recursos Humanos e o Diretor de *Treasury* e *Capital Markets*.

• **Assets and Liabilities Committee (ALCO)**

O ALCO é um Comitê não estatutário, de caráter permanente, que tem por finalidade, no que se refere à gestão dos ativos e passivos, deliberar sobre os assuntos de sua competência e assessorar a Diretoria Executiva no desempenho de suas responsabilidades. Possui como membros permanentes: Diretores executivos do

Banco, Diretor de *Treasury e Capital Markets* e o *Risk Senior Manager*. O ALCO se reunirá em caráter ordinário ao menos a cada dois meses.

- **Comitê de Crédito**

O Comitê de Crédito é um Comitê não estatutário, de caráter permanente do Banco e que está alinhado a todos os termos, condições, regras, políticas e procedimentos globais do BNS bem como a todas as regras e legislações brasileiras pertinentes.

- **Comitê de Riscos**

Tem o propósito de assessorar a Diretoria do Scotiabank em suas atribuições relacionadas ao gerenciamento de riscos e de capital. As atribuições deste comitê devem estar alinhadas a regulamentações e legislações bem como as Políticas e Normas internas corporativas aplicáveis.

Neste comitê, são avaliadas e discutidas informações relevantes acerca do gerenciamento de capital, dos riscos financeiros, operacional, reputacional, negócio e estratégico. Além disso, são analisados os níveis de apetite por riscos fixados na RAS e as estratégias para o seu gerenciamento.

- **Comitê de Auditoria**

Possui como função cumprir os deveres que possam ser exigidos pela Lei Bancária, assim como as regulamentações derivadas e as diretrizes do Banco Central do Brasil e demais reguladores aplicáveis. O Comitê também apoia o ExCo na identificação de deficiências conhecidas e exposições ao risco, incluindo melhoria da eficácia e eficiência da gestão de riscos, controles internos, sistemas e processos. O comitê se reúne com periodicidade mínima trimestral e possui como membros permanentes o CEO (*Chief Executive Officer*), CFO (*Chief Financial Officer*) e o CRO (*Chief Risk Officer*) do Banco .

- **Comitê de Novos Produtos/Iniciativas**

O Comitê de NPI é um Comitê não estatutário, de caráter permanente, que tem o propósito de dar apoio às áreas de negócios do Banco na análise criteriosa de todos os possíveis impactos no Banco da entrada de um novo negócio ou produto, sempre alinhado às estratégias definidas no Plano de Negócios e às demandas de nossos clientes.

O comitê possui como membros permanentes o CEO, CFO e o CRO (*chairman*) e se reunirá sempre que houver demandas de novos produtos ou iniciativas e, portanto, sem periodicidade definida. O *chairman* poderá convocar reuniões extraordinárias, quando julgar necessário.

- **Comitê de Remuneração dos Administradores**

O Comitê de Remuneração dos Administradores é um Comitê não estatutário, de caráter permanente, que está alinhado a todos os termos, condições, regras, políticas e procedimentos globais do Bank of Nova Scotia (BNS), bem como a todas as regras e legislações brasileiras pertinentes.

Gerenciamento de riscos

O Banco em atendimento às normas vigentes e alinhado às políticas globais do Banco, implementou sua estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos (“Estrutura”), por meio de políticas e estratégias

para o gerenciamento de riscos claramente documentadas, que estabelecem limites e procedimentos destinados a manter sua exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados em sua Declaração de Apetite por Riscos (“RAS”).

Em particular, os processos efetivos de rastreamento e reporte tempestivo de exceções às políticas de gerenciamento de riscos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS são previstos e colocados em prática no dia a dia pela área de *Risk Management*, unidade específica, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, e responsável por executar a atividade de gerenciamento de riscos.

A Estrutura descrita é compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos do Banco; é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos; é adequada ao perfil de riscos e à importância sistêmica do Banco; é capaz de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados no qual atua; e adota postura prospectiva quanto ao gerenciamento de riscos.

Destacam-se também, como parte da Estrutura implementada, a adequação dos sistemas, rotinas e procedimentos, incluindo a avaliação periódica quanto à sua adequação, para o gerenciamento de riscos; os papéis e responsabilidades claramente documentados; um programa de teste de estresse; a gestão de continuidade de negócios; a emissão de relatórios gerenciais tempestivos à Diretoria Executiva; a avaliação de novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, mudanças significativas em processos, sistemas, operações e modelo de negócio do Banco, estratégias de *hedge* e iniciativas de assunção de riscos, dentre outros itens, no que diz respeito ao gerenciamento adequado dos riscos.

Gerenciamento de Capital

O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e foi criada em conformidade com as normas vigentes.

Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital e; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital.

A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Banco. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital.

Gerenciamento de Risco de Crédito

Em linha com as normas vigentes e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam.

A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Banco.

De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito do Banco.

Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito:

	2022	2021
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	3.308.636	593.000
Títulos e valores mobiliários	68.624	61.653
Instrumentos financeiros derivativos	3.240.012	531.347
Ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes	1.385.739	1.381.155
Títulos e valores mobiliários	1.385.739	1.381.155
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	7.591.220	7.612.882
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.048.530	4.925.620
Títulos e valores mobiliários	74.380	140.399
Operações de crédito	1.468.310	2.546.863
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(590)	(33.593)
Itens não registrados no balanço	2.469	2.469

As operações de crédito do Banco estão concentradas em clientes com baixíssimo risco. O risco de crédito das contrapartes está distribuído nos seguintes *ratings* divulgados pela Moodys: 40% - Baa1, 45% - Baa3 e 15% entre Ba3 e Ba2. As demais exposições são títulos do Tesouro Nacional.

Gerenciamento de Riscos de Mercado e Liquidez

Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade.

A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências das normas vigentes quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez.

Seguindo um apetite conservador ao risco de liquidez, a instituição estabelece que o caixa mínimo mantido (somatório do caixa e ativos equivalentes de alta liquidez) deve ser suficiente para cobrir as saídas líquidas que o banco pode sofrer sob um cenário severo de estresse no horizonte de 30 dias. Além disso, o relatório diário de fluxo de caixa projeta a liquidez disponível para o período de 90 dias, considerando as premissas dos cenários base e de estresse. Os resultados dos cenários de estresse são utilizados para o acionamento dos diversos níveis do plano de contingência de liquidez. Estes processos visam utilizar as melhores práticas e mensurar impactos adversos na liquidez da instituição com o objetivo de evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O quadro a seguir detalha os passivos financeiros consolidados com base no período remanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual.

Passivo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	33.617	578.735	508.326	1.120.678
Instrumentos financeiros derivativos	33.617	578.735	508.326	1.120.678
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	8.392.113	3.607.313	-	11.999.426
Depósitos	1.275.762	2.779.051	-	4.054.813
Captações no mercado aberto	887.315	-	-	887.315
Obrigadações por repasses	264.447	475.487	-	739.934
Obrigações por empréstimos	5.964.589	352.775	-	6.317.364

As normas vigentes de risco de mercado determinam que as operações devem ser classificadas entre Carteiras de Negociação e Bancária.

As carteiras de negociação são formadas pelos instrumentos, inclusive derivativos, mantidos com finalidade de negociação e que atendam às seguintes condições: estejam livres de impedimento legal para venda; e sejam avaliados diariamente pelo valor justo, conforme critérios definidos pela regulamentação em vigor.

Na Carteira Bancária estão inclusas todas as operações não classificadas na carteira de negociação.

Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Banco, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como custo amortizado e os instrumentos da carteira de Tesouraria.

Afim de avaliar os efeitos no resultado diante de eventuais cenários, o Banco realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

a) Análise de sensibilidade 1

São considerados choques paralelos nas curvas dos fatores de riscos mais relevantes, tais como exposição a juros prefixados e ao cupom cambial. Consideram-se dois cenários para essa simulação, em que cada fator de risco analisado sofre um incremento ou uma redução de 100 pontos base. Essa análise examina os efeitos no resultado da organização diante de possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado.

Carteira de negociação

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de juros		
Exposição de juros prefixados	(882)	882
Exposição ao cupom cambial	1.704	(1.704)
Total	822	(822)

Carteira de negociação + bancária

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de juros		
Exposição de juros prefixados	(10.027)	10.027
Exposição ao cupom cambial	(2.990)	2.990
Total	(13.017)	13.017

b) Análise de sensibilidade 2

São considerados três cenários que refletem os movimentos das curvas de juros de mercado e das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

Cenário (I): Choque paralelo de 10% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 10% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

Cenário (II): Choque paralelo de 20% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 20% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

Cenário (III): Choque paralelo de 30% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 30% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

É importante destacar que os cenários (II) e (III) envolvem eventos relacionados a fortes situações de estresse.

Carteira de negociação

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de juros			
Exposição de juros prefixados	(88)	(2.435)	(3.653)
Exposição ao cupom cambial	(170)	(2.002)	(3.002)
Total	(258)	(4.437)	(6.655)
Taxas de câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(355)	(710)	(1.065)

Carteira de negociação + bancária

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de juros			
Exposição de juros prefixados	(1.003)	(26.904)	(40.356)
Exposição ao cupom cambial	(299)	(3.715)	(5.572)
Total	(1.302)	(30.619)	(45.928)
Taxas de câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(355)	(710)	(1.065)

c) Programa de Testes de Estresse

O Programa de Teste de Estresse (“Programa”) do Banco fornece os principais itens a serem observados que sejam relacionados aos testes de estresse realizados no Banco, bem como a definição das melhores práticas e metodologias utilizadas no mercado, para fortalecer a utilidade do teste de estresse durante os processos de tomada de decisão por parte da Diretoria. O Programa está detalhado em documento específico aprovado pela Diretoria Executiva do Banco, onde constam as atividades de teste de estresse realizadas pelo Banco, englobando, dentre outros, os impactos em capital regulatório e, principalmente, os riscos de mercado, crédito, liquidez e taxa de juros.

Gerenciamento de Risco Operacional

O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro do Banco. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco.

A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Banco e do The Bank of Nova Scotia (“BNS”).

Gerenciamento de Risco ESG e Climático

Os RSAC são gerenciados conjuntamente com os outros tipos de risco. Eles são considerados durante os processos de *due diligence*, concessão e aprovação de crédito. Além do mais, estes riscos formam uma parte integral do gerenciamento de risco operacional e possibilita que a instituição integre e coordene os esforços na identificação e gerenciamento de risco, que por sua vez melhora o entendimento, controle e supervisão de riscos operacionais.

Estrutura de Apetite ao Risco

A Estrutura de Apetite ao Risco ("*Risk Appetite Framework – RAF*") regula as atividades de risco realizadas pelo Banco, articulando o montante e tipo de risco que o Banco está disposto a se sujeitar para alcançar seus objetivos estratégicos e financeiros. Os principais elementos da RAF incluem a identificação de capacidade de assumir riscos, a RAS (*Risk Appetite Statement*), as métricas de apetite ao risco e a descrição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos na implementação e monitoramento da RAF. A RAS está detalhada em documento específico aprovado pela Diretoria Executiva do Banco, onde constam os tipos e os níveis de riscos os quais o Banco está disposto a assumir, levando em conta a capacidade de gerenciamento dos riscos, os objetivos estratégicos da Instituição e o ambiente regulatório em que a instituição atua.

Canais de disseminação da cultura de riscos no Banco

Os principais canais de disseminação da cultura de risco no Banco são através dos Comitês de Compliance, Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, código de conduta, seguido de treinamentos para disseminação de políticas e manuais e comunicados da diretoria.

Em parceria com a área de recursos humanos, o Banco mantém um programa de treinamentos para todos os funcionários, onde todos devem realizar treinamentos obrigatórios relacionados ao apetite ao risco do Banco, segurança da informação, privacidade, gerenciamento do risco operacional, PLDFT, segurança cibernética, código de ética e conduta, sanções globais, dentre outros.

Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos

O Banco está empenhado em conduzir seus negócios em conformidade com as leis brasileiras aplicáveis e com as normas emitidas pelos órgãos reguladores, assim como em linha com as melhores práticas de mercado.

O Banco zela pela manutenção e estrita observância de suas diretrizes e procedimentos internos, os quais estão devidamente documentados por meio de regulamentos e manuais (as "Políticas") desenhados para estarem em conformidade com os requerimentos regulatórios, e que contemplam os procedimentos de controles internos e de gestão de riscos praticados no Banco.

Compete às Áreas de Suporte, em conjunto e/ou individualmente, o suporte, a manutenção e o aprimoramento dos sistemas de controles internos de riscos relacionados diretamente às atividades do Banco, dentro dos limites de suas competências.

As Políticas são elaboradas observando-se as necessidades específicas identificadas pelas áreas envolvidas nos processos de gestão de riscos, as exigências dos órgãos reguladores e, ainda, os eventuais requerimentos recebidos do BNS.

• Identificação e Avaliação dos Riscos

O processo de avaliação e de gestão de riscos do Banco corresponde a um conjunto integrado de processos, utilizando plataformas de sistemas locais e globais, que são responsáveis pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado, crédito, liquidez, operacional e gerenciamento de capital. Esta estrutura visa assegurar a compreensão apropriada da natureza e da magnitude dos riscos relacionados com as atividades desenvolvidas, possibilitando, assim, a implementação adequada da estratégia e o cumprimento dos objetivos do Banco. Em particular, os limites de risco são determinados e aprovados pela diretoria local e pelo BNS, e monitorados de forma preventiva.

Os processos de identificação e mensuração dos riscos buscam abranger todos os riscos efetivos e potenciais que possam atingir ou impactar nas atividades do Banco, visando garantir a consistência dos dados existentes nos processos de conciliação diários e periódicos entre as Áreas de Negócios e as Áreas de Suporte. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária, por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *Value at Risk* (VaR), *Stress Test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade, projeção dos fluxos de caixa em normalidade e em cenários de estresse, entre outros.

A cada nova operação ou produto, ajustes de mensuração de novos riscos são discutidos e estabelecidos nas reuniões do Comitê de Avaliação de Novos Produtos e formalizados no documento NPI (Implantação Novo Produto), seguindo um processo minucioso de avaliação de cada um dos riscos associados a qualquer nova iniciativa (NIRA).

As Áreas de Suporte também se preocupam em revisar e acompanhar seus processos continuamente, a fim de evitar deficiências, sempre visando administrar os principais riscos aos quais o Banco está exposto, sejam estes relacionados ao crédito, mercado, liquidez, não conformidade, operacional, sistemas de informação, estratégia ou reputação.

O Banco atende integralmente às exigências do Banco Central do Brasil (BACEN) no que se refere à implementação da estrutura de risco do mercado, liquidez, operacional e de gerenciamento de capital. Além disso, o Banco apura desde julho de 2008, os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR) para os diversos riscos aos quais está exposto.

Processo de reporte de riscos ao Comitê de Auditoria e à diretoria

A área de RM (*Risk Management*) tem a responsabilidade de identificar, mensurar, calcular e monitorar os riscos com base nas Políticas e processos adotados. Outra preocupação é a qualidade das informações referentes a riscos e resultados que são providos à Diretoria, aos órgãos reguladores e ao BNS. A existência de processos de reconciliação diários e mensais permite verificar eventuais diferenças entre os valores contabilizados no balanço local com as informações e relatórios gerenciais. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria e pelo BNS, e monitorados de forma preventiva.

a) Risco de Crédito

O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco.

Abaixo, encontram-se listados os principais relatórios relativos ao gerenciamento de risco de crédito, desenvolvidos periodicamente pelo Banco :

- Consultas de limites de crédito para produtos de tesouraria;
- Cálculo de disponibilidade de limite a cada nova operação;
- Relatório mensal de exposição de risco por cliente, elaborado pela área de CRM (*Credit Risk Management*) e distribuído para a Diretoria.

b) Risco de Mercado

Em conformidade às políticas globais do Banco e em atendimento às normas vigentes que regem o assunto, as operações são divididas nas Carteiras de Negociação e *Banking*.

O risco da Carteira *Banking* é monitorado através de mapa de descasamento de taxa de juros e testes de estresse. A metodologia utilizada pelo Banco para mensurar o risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira *Banking* é o Delta EVE e o Delta NII.

Abaixo, encontram-se listados os principais relatórios e informações relativos ao gerenciamento do risco de mercado, e elaborados periodicamente pela área de MRM:

- Relatórios Diário de Sensibilidade à Taxa de Juros (Dv01);
- Relatórios Executivo Diário de Riscos e Limites;
- Relatório Semanal de Teste de Cenários de Estresse;
- Relatório Semanal de *Backtesting*;
- Eventuais relatórios sob demanda.

c) Risco de Liquidez

A responsabilidade pelo monitoramento do risco de liquidez do Banco é de MRM (*Market, Liquidity and Operational Risk Management*), seguindo os parâmetros e atribuições definidas pelo BNS.

Os processos de gerenciamento do risco de liquidez do Banco contemplam as normas vigentes e também as políticas locais e globais.

Abaixo, encontram-se listados os principais relatórios e informações relativos ao risco de liquidez, desenvolvidos periodicamente pela unidade de MRM (*Market, Liquidity and Operational Risk Management*):

- Relatórios Gerenciais Diários de Risco de Liquidez;
- Relatório Gerencial Mensal de Caixa Mínimo;
- Relatório Regulatório Mensal enviado ao BACEN (DRL).

d) Risco Operacional

No Banco, o risco operacional é definido como a perda resultante de processos internos, sistemas, falhas humanas, eventos externos ou serviços terceirizados.

A exposição a potenciais perdas é monitorada via:

- Registro Histórico de Perdas;
- Análise e estimativa de perdas potenciais;
- Acompanhamento de medidas corretivas;
- Indicadores-Chave de Risco (KRI);
- Avaliação Anual dos Controles de Risco (RCSA).

Com base nesses controles, são elaborados relatórios gerenciais de monitoramento do risco operacional para a diretoria executiva do Banco e sua matriz, com periodicidade mensal.

e) Risco ESG e Climático

As operações do Banco estão diretamente expostas aos riscos sociais, ambientais e climáticos (RSAC) devido a:

- relacionamentos e obrigações com indivíduos e grupos, incluindo funcionários, clientes, membros da comunidade, parceiros de negócios, investidores, órgãos reguladores e governamentais;
- consumir energia e gerar resíduos no escritório corporativo;
- comprar produtos e serviços de fornecedores terceirizados;
- ocupar imóvel que possa ser afetado por incidentes ambientais ou sociais;
- aquisição de imóveis que possam estar contaminados.

Além disto, a instituição também possui exposição aos RSAC relacionados as suas atividades comerciais, ou seja, devido a oferta de produtos e serviços financeiros, principalmente atividades de empréstimo e investimento. Os RSAC podem gerar ou aumentar outros riscos principais, como riscos de crédito, operacionais, de Compliance e reputacionais.

Informações qualitativas sobre o programa de testes de estresse

Os testes de estresse realizados no Banco ajudam na identificação de ações corretivas que deveriam ser tomadas ou não pelos envolvidos no processo quando da existência de períodos de crise, de modo a garantir a viabilidade financeira da instituição.

I) Etapas Programa de Teste de Estresse

As principais etapas Programa de Teste de Estresse serão apresentadas ao longo desse item, de forma a garantir a captura dos principais riscos materiais do Banco e ser compreendido pelos envolvidos no processo.

• Risco de Mercado

A Política de Risco de Mercado descreve as principais características dos testes de estresse realizados para a mensuração dos impactos decorrentes de perdas pelas variações severas em fatores de riscos na carteira de negociação, incluindo sua frequência, as variáveis impactadas e os cenários de estresse utilizados.

Os testes de estresse realizados são:

- *Value at Risk* (VaR) e *Stress Test*
- *Stress Value at Risk* (SVaR)
- *Value at Risk* regulatório
- Análise de Risco Estrutural
- IRRBB
- Teste de Estresse abrangente/integrado

• **Risco de Liquidez**

Testes de estresse realizados para a mensuração dos impactos nos fluxos de caixa líquidos do Banco decorrentes de choques em variáveis relevantes. Adicionalmente, o Plano de Contingência de Liquidez, apresenta os principais alertas, indicadores e ações de contingência em momentos de estresse.

Os testes de estresse realizados são:

- Cenários de *Stress* de Risco Mercado
- Cenário de *Stress* de Crédito
- Cenários de *Stress* de Mercado + Crédito
- Caixa Mínimo
- Estresse reverso – variação da cotação do dólar combinado com regaste dos CDBs
- Teste de Estresse abrangente/integrado

• **Risco de Crédito**

Testes de estresse realizados para a mensuração dos impactos da eventual piora do risco de crédito dos clientes do Banco nos resultados esperados e na estrutura de capital.

Os testes de estresse realizados são:

- Teste de Estresse Risco de Crédito
- Teste de Estresse abrangente/integrado

• **Gerenciamento de Capital**

Comtempla a descrição das principais características dos testes de estresse realizados para a mensuração dos impactos de eventuais perdas em cenários severos e seus impactos na estrutura de capital do Banco.

Os testes de estresse realizados são:

- Teste de Estresse *Capital Management*
- Teste de Estresse abrangente/integrado

• Teste de Estresse Integrado (inclui os demais riscos)

Os testes de estresse integrados são utilizados na mensuração dos impactos decorrentes de choques realizados em diversos fatores de riscos relevantes para o Banco na liquidez, nos resultados (P&L) e na estrutura de capital.

Índice de Basileia e Limites Operacionais

O Banco adota a apuração dos limites operacionais de Basileia tomando como base os dados consolidados do Banco Prudencial (“Banco”), conforme as normas vigentes.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia do Banco é de 25,46% (12,84% em 2021). Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o Índice de Imobilização.

Basileia III	2022	2021
Patrimônio de Referência (PR)	2.999.816	1.262.221
Ativo ponderado pelo risco (RWA)	11.306.251	9.830.402
Risco de crédito (RWACPAD)	8.283.792	3.999.184
Risco de mercado (RWAMPAD)	2.429.391	5.394.341
Risco operacional (RWAOPAD)	593.068	436.877
Adicional de Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	282.656	196.635
Parcela Rban	49.960	56.309
PR mínimo para RWA	904.500	786.432
Margem Patrimônio de Referência - sem RBAN	2.095.316	475.789
IB - Índice de Basileia	25,46%	12,84%
Adicional de Conservação de Capital Principal	282.656	196.608
Margem Patrimônio de Referência - Amplo	2.045.356	419.480

23. Eventos subsequentes

As deliberações da Ata de Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 15 de dezembro 2022, foram aprovadas pelo Banco Central do Brasil em 7 de março de 2023.

Diretoria

Paulo André Campos Bernardo
Antonio Pianucci
Rodrigo Almeida Sergio

Izabel Eliza Oliveira Salvucci
Jaques Mester

Contador

Roberto Shoji Haga
CRC 1SP242224/O-6